



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 07/2016

----- Aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cando, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia, por se encontrar de férias. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2016 referente à reunião ordinária de 11 de março. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto (5 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 6/2016 referente à reunião ordinária de 21 de março. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto (6 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e cinco euros e três cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito euros e trinta e três cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **LISTA DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL DO ÓRGÃO EXECUTIVO;**-----

----- **VISITAS AGENDADAS PARA AS SALINAS – MÊS DE ABRIL;**-----

----- **CASA SENHORIAL – BALANÇO DO MÊS DE MARÇO;**-----

----- **REGULAMENTO ESPECÍFICO : MOBILIDADE TERRITORIAL – AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO EM REGIME DE APROVAÇÃO CONDICIONADA EM OVERBOOKING (ALENT-60-2016-02) – OPERAÇÃO: TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – MOBILIDADE URBANA E INTRA-REGIONAL NO CONCELHO DE RIO MAIOR;**-----

----- **IGF - AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – CONTRATAÇÃO PÚBLICA.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos, salientando nomeadamente, a apresentação da candidatura “Troços da rede viária municipal – Mobilidade urbana e intra-regional no concelho de Rio Maior”, agradecendo a todos aqueles que trabalharam de forma empenhada para, em tempo oportuno, se apresentar a citada candidatura. Salientou também a realização da Auditoria que a Inspeção Geral de Finanças está a fazer ao município de Rio Maior, em matéria de contratação pública (empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços).---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- No uso da palavra manifestou regozijo e satisfação pela possibilidade de serem financiadas obras e investimentos que são tão estruturantes para Rio Maior e que vão melhorar as condições de vida das populações, bem como irão permitir melhorar as condições de execução técnico-financeiras da Câmara Municipal. Referiu também que os serviços técnicos devem trabalhar sempre na perspetiva de maximizar todas as oportunidades, devendo estar sempre muito atentos e vigilantes a estas possibilidades de apresentar projetos e candidaturas, financiados desta forma.-----

----- Terminou a intervenção referindo a alteração da iluminação pública na cidade, que apresenta mais qualidade, questionando se já era possível saber qual vai ser o nível de poupança que o município vai ter, com as intervenções feitas, questionando também se está previsto a alocação dessas verbas para outros projetos e, se assim for, gostaria de saber quais seriam esses projetos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou a intervenção recordando para a posterioridade que “no dia 2 de abril se comemorou os quarenta anos da Constituição da República Portuguesa, legislação

e quadro nacional, sem o qual não estaria consagrado o Poder Local democrático que nos permite estar aqui”, esperando que ela perdure e que se possa exercer na sua plenitude.-----

----- De seguida reportou-se ao Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis e na qualidade de Vereador da CDU, deixou algumas notas no que respeita às suas implicações, face ao Poder Local, registando que este orçamento elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das Autarquias Locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço e minimiza outros, como os relacionados com a Lei dos Compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas, mantendo um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprio do exercício de tutelas de mérito que a Constituição da República expressamente veda. Também chamou a atenção, para o facto de persistir, infelizmente, um crónico incumprimento da lei das Finanças Locais, que a CDU avalia em mais de trinta milhões de euros, retirados às autarquias, sendo tanto mais incompreensível, quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei das Finanças Locais, quer quanto aos cortes impostos pelo Governo do PSD/CDS-PP, desde dois mil e onze, contudo inicia-se um novo ciclo que deve ser registado. Saudou as disposições que visam eliminar e minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do Poder Local, designadamente quanto à eliminação das consignações e às restrições na contratação de pessoal. -----

----- Disse ainda que iria continuar a condenar o prosseguimento da sonegação objetiva dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às Autarquias Locais e reclamar todos os dias o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais. Disse também que o Estado tem de ser “uma pessoa de bem”, pois se faz as leis, deve ser o primeiro a cumprir, contudo deixava claro a importância de cada autarca, no exercício da sua atividade, reclamar medidas urgentes que reponham o quadro conforme o regime de autonomia prescrito na Constituição da República Portuguesa.-----

----- Continuou a intervenção manifestando preocupação com a prevenção e sinalização rodoviária, nomeadamente falta de espelhos na localidade de Boiças, pois torna-se difícil a visibilidade face à E.N.114.-Solicitou também a reposição do sinal “Estrada sem saída” junto da Avenida Mário Soares, dado que já se verificou um acidente naquele local.-----

----- Congratulou-se com a apresentação da candidatura em Overbooking e de os municípios da Lezíria do Tejo verem a possibilidade de consagrar cerca de doze milhões de euros, salientando a importância das equipas que a Câmara Municipal de Rio Maior tem, para, em cada momento, terem em carteira, obra feita, para assim aproveitarem ao máximo todas as possibilidades de candidatura. Aditou que este

Governo conseguira que isso fosse contabilizado, apesar das baixas expectativas dos municípios e espera que possa haver mais e melhores surpresas, pois não há outro caminho, ou seja se as Autarquias não forem apoiadas para assim realizarem obras, não se cumpre a Lei das Finanças Locais.-----

----- Finalizou a intervenção registando com agrado a melhoria da iluminação pública e opinou que a poupança verificada por mais insignificante que seja é sempre de relevar, pois só o facto de tornar o espaço público mais apelativo, isso por si só, já é um investimento.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por deixar palavras de reconhecimento e congratulação pelo excelente trabalho apresentado sobre as visitas às Salinas, Casa Senhorial e Villa Romana, o qual representa o grande empenho e dedicação dos funcionários e do respetivo Pelouro, salientando a importância destas questões, tanto mais que está reforçado com o calendário de visitas agendadas para o mês de abril, o que deve merecer do Executivo uma grande atenção.-----

----- Congratulou-se com o trabalho que está a ser feito ao nível da eficiência energética, pois para além da redução da fatura, embeleza a cidade, dando-lhe um cariz de modernidade e releva uma boa gestão dos recursos.-----

----- Por último, manifestou uma alegria muito grande pela possibilidade de apresentação das candidaturas em Overbooking, o que demonstra que, independentemente daquilo que foi dito durante muitos anos, a Câmara Municipal de Rio Maior teve condições de fazer obra, de cumprir os seus compromissos financeiros e, ainda, ter um conjunto de obras em carteira, que lhe permitem apresentar esta candidatura. Felicitou o Executivo e os funcionários, esperando que esta folga financeira se traduza num apoio efetivo às expectativas das freguesias, na medida em que elas foram de alguma forma sacrificadas, o que a concretizar-se seria a melhor forma de comemorar os quarenta anos do Poder Local. Sugeriu também que o Executivo continue a acompanhar todo o processo de eficiência e gestão do setor das águas e saneamento, já iniciado, solicitando que fosse presente a reunião da Câmara para conhecimento, o ponto da situação de todo o processo que tem tido todo o empenho dos serviços e que é estratégico, tanto mais que tem havido bons sinais da parte da Administração Central sobre esta matéria, nomeadamente no recuo da privatização do Setor das Águas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO E SILVA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que a Câmara Municipal já recebera o relatório do ensino

articulado da escola Marinhas do Sal, este ano financiado pelo município, e que, oportunamente, virá a conhecimento deste Órgão.-----

----- Informou também que estão a ser preparadas as comemorações do 25 de Abril de 2016, este ano com um formato diferente, caso as condições climatéricas o permitam, mantendo a habitual Sessão Solene, a qual se realizará no espaço exterior em frente aos Paços do Concelho, e com a integração de algumas associações do concelho na mesma cerimónia. Disse ainda que estas comemorações se realizarão pelas quinze horas do dia 25 de abril.-----

----- Sobre a Universidade Sénior informou que esta também tomara a iniciativa de promover um espetáculo alusivo ao 25 de Abril, o qual decorrerá no Cineteatro, no dia vinte de abril, pelas quinze horas, e dado a qualidade que os diferentes grupos já demonstraram, estava convicta que não iriam defraudar as expectativas.-----

----- Informou que a Câmara Municipal se associara ao movimento “Florir Portugal”, e já se deslocaram à Batalha que é o sexto concelho do País a associar-se ao movimento que já tem como associados os municípios de Lisboa e Cascais, entre outros, movimento este dinamizado pelo Tó Romano e que visa sensibilizar as populações para a necessidade de decorar e florir as suas casas e os espaços envolventes, assim como as varandas dos prédios, sendo esta uma forma simpática de promover e dar força aos “afetos e à sensibilidade” ou seja, aquilo que une as pessoas. É também uma forma de tornar mais aprazíveis os espaços públicos, para quem visita a cidade, dado que os municípios tem responsabilidades na conservação e preservação desses espaços, embora sejam as populações que também fazem esse mesmo espaço público, dado que contribuem para tornar as “terras vivas”, pois nem tudo depende só do município, mas de toda a população que aí vive e trabalha. Aditou que esta iniciativa pretende criar uma “onda” em todo o País, no mês de julho, mas que será apresentada no concelho de Rio Maior no dia dois de maio, pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

----- Ainda no uso da palavra e relativamente aos problemas com a sinalética, informou o Vereador Augusto Figueiredo que já se encontram em fase de aquisição cerca de vinte espelhos para colocar em determinados pontos críticos, alguns dos quais irão para o lugar de Boiças. Quanto ao acesso das diferentes ruas perpendiculares à EN 114, existe aí a interferência da “Estradas de Portugal” o que, por vezes impede o Executivo de tomar outras medidas.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por endereçar, publicamente, os parabéns à Senhora Presidente da Câmara, por, numa atividade partidária do PSD, no passado fim-de-semana, ter sido

reeleita para a Mesa do Congresso. Disse ainda que, independentemente do partido em causa, é sempre uma honra e um orgulho para Rio Maior, ter riomaiorenses nos órgãos nacionais dos partidos políticos.-----

----- Seguidamente informou que no passado fim-de-semana se realizara em Leiria a Gala dos Mestres e Campões organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo, que homenageou atletas medalhados nos Jogos Olímpicos, nos Campeonatos do Mundo, e nos Campeonatos da Europa, assim como treinadores, salientando que são estes que levam a que os atletas atinjam estes resultados. Informou que os atletas distinguidos do concelho de Rio Maior foram Susana Feitor, João Vieira e o Jorge Miguel, aos quais endereçou parabéns por tudo o que têm feito pelo desporto e por Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção referindo a realização da XXV edição do Grande Prémio de Marcha Atlética, evento este que traz atletas de todo o mundo a Rio Maior, tornando a cidade, neste fim-de-semana, a capital mundial da marcha.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à iluminação “led” e informou que a mesma está a ser implementada na Rotunda Sá Carneiro e na Rotunda junto á empresa “Joluso” e ainda em situações pontuais, como candeeiros que são substituídos, que ficam já com este tipo de iluminação. Aditou que, em simultâneo, foi feito o levantamento do número de luminárias necessárias para a cidade, um trabalho que está a ser feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal, em que foram sinalizadas duas mil luminárias, dado que existe financiamento para o concelho no montante de cerca de oitocentos mil euros. Aditou que, resultado desse levantamento feito, existe um estudo que aponta os níveis de poupança que irão ser atingidos, do qual dará conhecimento à Câmara, oportunamente, considerando tratar-se de uma grande intervenção que em termos de efeito visual, produz uma outra luminosidade, muito mais agradável.-----

----- Relativamente à candidatura ao INA Alentejo, referiu a enorme satisfação que sentia pela apresentação da mesma, pois significa “um balãozinho de oxigénio” para a Autarquia, considerando todo o esforço feito no final do ano passado, no que diz respeito às candidaturas do Ciclo Urbano da Água. Recordou que nunca escondera que o ano transato fora, em termos financeiros, extremamente difícil, e temia que o ano de dois mil e dezasseis continuasse a sê-lo, pelo atraso na decisão sobre o investimento que fora feito, nomeadamente, de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, sendo que alguns destes valores já foram pagos na primeira semana do corrente ano, embora o valor maior do Ciclo Urbano da Água tivesse que ser pago até trinta de dezembro de dois mil e quinze. Sobre a questão das freguesias

colocada pelo Vereador Carlos Nazaré, salientou que estas são sempre uma prioridade para o Executivo.-----

----- Sobre o desafio lançado relativamente às medidas que já foram implementadas recentemente quanto aos setores da distribuição de água, de saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos e salientou que preparara informação para apresentar relativamente a esta matéria, salientando que as citadas medidas visam a melhoria substancial dos serviços prestados aos munícipes do concelho de Rio Maior nos setores acima referidos, recordando a propósito que na passada semana se assinalara o “Dia Internacional da Água”, e das várias ações que decorreram para o assinalar, e uma delas decorreu no LENEC e contou com a presença do Sr. Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, o qual passou a citar “quando se diz que em Portugal há entidades gestoras que têm perdas de água em valores superiores a 50%, erram aqueles que pensam que este é só um problema infraestrutural, de redes velhas e com fugas”, admitindo também que há ainda “investimentos em infra-estruturas por fazer”.-----

----- Continuou a intervenção referindo que, ainda que posteriormente apresente um trabalho mais elaborado sobre esta matéria, iria dar conhecimento do seguinte: “o município pretende implementar uma gestão eficiente de rede de distribuição de água em baixa, com o objetivo de atingir uma diminuição significativa das perdas de água na rede de distribuição que atualmente se situa nos 50%, será informada a muito curto espaço de tempo a “Elaboração de Projecto para Redução e Monitorização de fugas na Rede de água no Concelho do Rio Maior – Área de Influência do Via-Vai” (Cidade de Rio Maior, Arruda dos Pisões, Azinheira e Cidral, Zona Industrial).-----

Pretende-se resolver a situação de ausência de telemetria e telegestão, bem como da distribuição de água com origem em pontos que atualmente poderão não ser tecnicamente os mais adequados, situações de perda por extravasamento por depósitos (como o caso do depósito do Centro de Saúde de Rio Maior), situações de subpressão e sobrepressão na rede, deficitário dimensionamento de condutas ou equipamentos. Pretende-se efetuar o estudo e modelação da rede, de forma a garantir por um lado a prestação de um serviço com qualidade e níveis de conforto e por outro lado a eficiência e eficácia da distribuição, com eliminação de perdas por extravasamento de depósitos e redução de perdas, com as consequentes reduções de custos, a suportar pelo município.-----

Neste âmbito, já foram promovidas diversas reuniões, com a presença do Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, Vereador, Dr. Carlos Nazaré e técnicos do Município com uma empresa, que tem feito um estudo da nossa rede, com vista à apresentação de uma solução para a redução de perdas na zona abastecida a partir do ponto de

entrega das Aguas do Oeste nos depósitos do Via-Vai.-----

Neste momento decorre também a atualização de cadastro da referida zona, pelo Eng.º Hugo Santos e Augusto Josué.-----

Está neste momento em estudo, a implantação de uma caixa de medição e controlo junto à Quinta dos Sobreiros, para estabelecimento do cenário Zero, de entrada na cidade e para controlo futuro de pressões e medições. Sem valores ainda apurados, estima-se para a sua execução, um custo de cerca de 30.000,00 €.-----

Foi também, apresentada proposta de procedimento a 3 de fevereiro de 2016, pelo Eng.º Pedro Miguel, no montante de cerca de cerca de 74.900,00 €, para a implementação de telecontrolo e telemedida no Concelho de Rio Maior – Fase I Zona Norte, que contempla o controlo e monitorização de 2 captações (Chichareira I e Chichareira II), 8 reservatórios (Fonte da Bica, Alto da Serra, Teira, Chãos, Portela de Teira, Casais Monizes I, Casais Monizes II e Casais Monizes III), 1 Estação Elevatória (EE Teira), sendo o posto central de comando, instalado no Estaleiro Municipal ou edifício dos Paços do Concelho.-----

Também tem sido feito um esforço, no sentido de serem substituídos contadores parados no concelho de Rio Maior, sendo que em fevereiro, estavam por substituir 140 contadores, comparativamente a 261 em fevereiro de 2015.-----

No sentido de promover a deteção de fugas, medição portátil de pressões e caudais, com vista à redução de perdas de água, foi feita informação a 23 de Março, para “Fornecimento de equipamento para deteção e medição de perdas de água na rede pública” no montante de cerca de 22.000,00 €.-----

Tem sido também desenvolvido (internamente) o estudo para execução de ligação parcial dos sistemas de rega da cidade, a captações inativas neste momento, ficando por isso independentes do atual sistema de distribuição em baixa, reduzindo consequentemente o consumo de água da rede pública de distribuição.-----

Foi concluída a empreitada de “Execução da Rede de Distribuição de Águas das Zonas Limítrofes de Rio Maior – Arco da Memória” e a empreitada de “Remodelação da Rede de Abastecimento de Água à Vila da Marmeleira “, bem como a empreitada de Reforço de Abastecimento de Água do Concelho de Rio Maior - Lote 1 no montante de cerca de 88.000,00 € e a empreitada de Execução da Rede de Esgotos no Concelho de Rio Maior - Lote 2 no montante de cerca de 129.000,00 €.-----

No que à Recolha de Resíduos Urbanos diz respeito, tem continuado a atribuição e substituição de contentorização nos casos legalmente justificáveis. Acresce a todos os trabalhos descritos, a deteção de ligações com consumos não faturados, de fugas e regularização das mesmas.”-----

----- Ainda no uso da palavra, aditou que foram resolvidos várias situações pontuais

de instituições que tinham perdas de água e que assim viram o valor da fatura reduzido.-----

----- Terminou esta matéria referindo que vão continuar sempre a trabalhar no sentido de reduzir os custos com o setor das águas e saneamento e com a iluminação pública, algo com muito peso no Orçamento Municipal. -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 16/2016 DE 16 DE MARÇO – DETERMINOU APROVAR A ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE VISITAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2015/2016 (2º E 3º PERÍODOS) À EMPRESA RODOVIÁRIA DO TEJO,S.A.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 16/2016 exarado, em 16 de março, pela Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º. 3 do art. 35º do Anexo I à Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou aprovar a adjudicação da aquisição de serviços em apreço à empresa Rodoviária do Tejo, S.A, no montante de € 7.032,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 21/2016, DE 07 DE ABRIL – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM NOME DE ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO** .-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, ratificar o despacho nº 21/2016, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, determinou a emissão da certidão de aumento de compartes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO Nº22/2016, DE 07 DE ABRIL – AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO PASSEIO TODO O TERRENO JIPES E MOTOS “FIM DE SEMANA TT”** .-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 22/2016, de 07 de abril, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei

nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizada a utilização da via pública, dos percursos assinalados em mapas, nos dias 09 e 10 de abril, pelas 19:00 h do dia 09 e fim pelas 19:00 h, do dia 10 para a realização do Passeio Todo Terreno Jipes e Motos
“Fim de Semana TT -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – FUNDAÇÃO MARIA ALICE ESTEVES – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E PRÉMIO DE MÉRITO.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração com a Fundação Maria Alice Esteves para atribuição de Bolsas de Estudo e Prémios de Mérito, nos termos do respetivo Protocolo e da informação do GJCP, de 22-03-2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria informou que no último trimestre de dois mil e quinze a Câmara fora contatada pelo advogado e pela mãe da Professora do 1º Ciclo, Alice Esteves, que lecionou durante muitos anos em Rio Maior, onde se fixou e morou até aos últimos dias da sua vida. Foi também em Rio Maior que deixou os seus amigos, a sua participação cívica e recordou a forma carinhosa como os colegas a tratavam, dado que nunca deixara a sua costela de beirã. Disse ainda que a mãe da Profª. Alice Esteves manifestara vontade de que todo o dinheiro que a filha tinha deixado, fosse gasto na terra onde o ganhara e como fora ganho através da Educação, o seu advogado propôs que a Câmara Municipal servisse de intermediária com as escolas, no sentido da atribuição destes valores. Também revelou o excelente carácter e formação que tem, pois teve a franqueza de partilhar, que não necessitava do património deixado pela filha e como fora ganho em Rio Maior, aqui deveria ficar, embora o pudesse doar a Associações da sua terra, o que para ela não fazia sentido, pois Rio Maior tinha sido a terra de adoção da sua filha.-----

----- Informou que este prémio visa contemplar dois alunos do ensino secundário, que tenham terminado o 12º ano, e tenham “carências económicas manifestamente preocupantes”. Estes prémios pecuniários são no valor de setecentos e cinquenta euros. Também será premiado o mérito de um aluno do 9º ano, de cada uma das escolas com 3º Ciclo, que tenha tido os melhores resultados. Este prémio será no valor de quinhentos euros. -----

----- Conclui este assunto referindo que a Profª. Alice Esteves teve sempre uma

atividade cívica, participando em vários atos eleitorais e foi candidata à Câmara Municipal, pela CDU. Opinou que este ato nada tem a ver com partidos políticos, porque os interesses de qualquer Concelho, nas áreas da Educação e Cultura, estão acima das questões partidárias.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer “ A Alice foi uma camarada que continua viva entre nós” e que “deu a Rio Maior tudo o que tinha na flor dos seus anos, vinda de Águas Belas – Sabugal”, e que também se realizou no plano pessoal e profissional, muito dentro do “espaço Sala de Aula”, desde Asseiceira, que foi a sua raiz e matriz, a Alice deixa ainda hoje, “um grande trago de saudade.” Aditou que, quem teve a felicidade de partilhar com ela, os bons e os maus momentos, sabe bem do que estava a falar.-----

----- Salientou a nobreza de caráter, não só da vontade da Alice, que sempre o tinha manifestado, mas da sua mãe, com oitenta e oito anos, que foi emigrante em França, durante toda a sua vida, e que lhe dissera “nunca ter percebido que a filha era tão querida em Rio Maior”, e que apesar de ter casa na terra, optara por viver em Rio Maior. “Felizes os filhos que têm mães assim, ou pais assim”, opinando que este gesto não é de benemerência, nem de caridade, mas sim um gesto de nobreza de caráter, pois coloca os recursos que foi acumulando durante a sua vida, não ao serviço de si própria, nem dos seus interesses, mas ao serviço daqueles que mais necessitam. Terminou referindo que gostaria de um dia poder dizer, que os alunos que vierem a ser apoiados, sem custos para o Município do ponto de vista monetário, pudessem multiplicar isso para os outros filhos que aí virão, o que significava, que o exemplo da “Alicinha” tinha fortificado.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - ATRIBUIÇÃO DE APOIO – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 403 – RIO MAIOR** .-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação emitida, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 2.500€ ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 403 Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- No uso da palavra informou que há uns anos a esta parte, os escuteiros de Rio Maior manifestavam vontade de ter um campo escutista, neste sentido em dois mil e doze, a Câmara Municipal celebrou com o Agrupamento de Escuteiros um Contrato de Comodato, no sentido de usufruírem de um terreno destinado a esse fim. Aditou que atualmente já limpam o terreno, concluíram a vedação, e colocaram três portões. O

objetivo dos escuteiros é que este campo não se destine apenas aos membros deste agrupamento, mas ficar também ao serviço dos restantes agrupamentos locais, agrupamentos de todo o País e mesmo para Agrupamentos de âmbito Internacional. Opinou ser um excelente equipamento para Rio Maior, realçando o trabalho do Movimento Escutista junto dos jovens ao qual deve ser dado todo o apoio.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

– ----- **PONTO IV - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Plano de transportes escolares para o ano letivo de 2016/2017 e autorizar a despesa no valor de 242,400,00€, com IVA incluído à taxa de 6% para pagamento à Rodoviária do Tejo, conforme mencionado na informação 09/SUASE/2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a esta matéria referiu que anualmente é apresentado à Câmara o Plano de Transportes Escolares e informou que só para o transporte de alunos do pré-escolar e 1º Ciclo são necessários doze autocarros no período da manhã, às quinze horas, seis autocarros e às dezassete horas e trinta minutos, mais doze autocarros. Referiu saber que alguns irão dizer que existem outros meios de proceder a estes transportes e provavelmente todos gostariam que assim fosse, mas enquanto Executivo também eram obrigados a fazer contas e, se foram criadas condições para que o pré escolar e o 1º Ciclo tivessem bons estabelecimentos de ensino, com o encerramento das escolas nas diferentes localidades, o resultado disso é este número de autocarros necessários, diariamente, para transportar as crianças e, infelizmente, todo o ónus financeiro recai sobre o município, e, provavelmente, estaria também na altura do Governo pensar em alterar o suporte legal relativo ao transporte de crianças do Pré-escolar e do 1º Ciclo, que é inteiramente suportado pelos municípios.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra disse que a determinação, a persistência e a convicção vão fazer o seu caminho, ou seja considerou não ser justo que o Executivo, no tempo do Dr. Silvino Sequeira, tenha feito um contrato programa, que transporta oitenta por cento das despesas dos transportes escolares para o município, porque este trabalhou de boa-fé e o Governo de então não o fez, mantendo um rácio, absolutamente “irracional”. Disse também que este transporte das crianças, com o encerramento das escolas, criou novas dificuldades, como de transporte e de acerto de horários, embora também apresentasse muitas vantagens, como capacidade de resposta, a nível pedagógico. Referiu ainda que nos Países onde este modelo foi aplicado há trinta

anos, está em processo de regressão, pois o mesmo contribuiu muito para a desertificação das pequenas localidades, salientando que todas as questões têm solução, sendo que o documento apresentado já é um elemento de política alternativa, dado que quem faz os transportes de Carvalhais, Póvoas, Vale do Brejo, Casais da Cheira e Ribeira de Fráguas, é a freguesia, daí considerar que há sempre alternativas.

----- Considerou o valor em causa elevado, e indicou o sentido de voto como abstenção, opinando haver condições para preparar um outro tipo de intervenção, pois na Lezíria, há outra forma de fazer transportes, o que não quer dizer que a situação herdada não seja uma situação difícil, estando na altura de exigir que o Governo também cumpra esse desiderato. Opinou que esta responsabilidade não deve ser atribuída ao Governo Central, dado que as verbas transferidas pelo Ministério da Educação para as autarquias, no âmbito da educação, não são suficientes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente a este assunto referiu que devia ser uma responsabilidade da Tutela, e sendo verdade que existem outras alternativas, no entanto quando são as freguesias a fazer esse transporte, é a Câmara Municipal que transfere as respetivas verbas, mensalmente. Informou que apenas a freguesia de Fráguas continua a fazer o transporte dos alunos e a freguesia de Rio Maior foi a última freguesia que o deixou de fazer, depois de ter ocorrido um acidente com a carrinha que fazia esse transporte. Não optaram por comprar nova carrinha, dado que há um conjunto de requisitos que têm de ser cumpridos, no entanto seria muito mais tranquilo para a Câmara Municipal que assim fosse.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Fez o enquadramento deste assunto referindo que a Câmara alterara os doze circuitos existentes que eram feitos por carreiras de aluguer e que apenas serviam os alunos e criou um circuito de carreiras públicas que passaram a servir os alunos e a população. Posteriormente, com o encerramento das escolas, por pressão e decisão da Administração Central, o transporte dos meninos passou a ter que ser feito para os grandes centros e nesse sentido, esse custo devia ser suportado pela Administração Central, no entanto não se admirava, que, dentro do princípio da eficiência e boa gestão, fossem as administrações locais, Juntas de Freguesia, ou Câmaras Municipais, a encontrar soluções, e se isso ficasse mais económico para todos, tanto melhor. Frisou ser da máxima importância que todos os meios que haja para transportar alunos aos Centros Educativos, se transformem em meios públicos e sirvam também a população em geral, sendo esta a forma de reduzir custos de funcionamento, mas há que encontrar soluções e terá que haver um grande entendimento entre a Administração Central e a Associação Nacional de Municípios

Portugueses, porque cada concelho tem realidades distintas, referindo que o concelho de Rio Maior é um meio muito disperso e não se resolve com carrinhas de nove lugares, como em Coruche, por exemplo. -----

----- Disse também que conhecia a realidade da rede dos transportes escolares de todos os concelhos da Lezíria, sendo da máxima importância que a legislação mudasse de forma a aligeirar procedimentos, permitindo que tudo aconteça de uma outra forma. Opinou não ser justo que sejam as Autarquias a suportar inteiramente estes custos, pois poderá levar a encontrar soluções que poderão penalizar os Presidentes de Junta e os Executivos, pondo até em causa o transporte e a segurança das crianças, o que tem de ser devidamente analisado.-----

----- Terminou a intervenção referindo que iria votar favoravelmente esta proposta no pressuposto de que as carreiras públicas iriam prestar serviço não só no transporte dos alunos, mas ficando também ao serviço da população.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Conforme decisão tomada pelo Executivo Municipal, por proposta da Presidente da Câmara, os pontos V a XI foram discutidos em simultâneo e votados per si.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou os pontos de V a XI e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Quanto a esta matéria referiu verificar-se que estes assuntos se arrastaram durante anos, o que poderia ter resultado em situações mais complicadas, pondo em risco a segurança de pessoas e bens e isso ser imputado à Câmara Municipal, que tem a competência e não a exerceu em tempo oportuno. Reconheceu as dificuldades da Câmara em todo este processo e opinou tratar-se de mais uma matéria em que a Administração Central responsabiliza as Autarquias, mas não lhes dá os meios necessários para atuar, apesar da Câmara ter que estar munida de todos os formalismos legais que lhe permitam fazer essa despesa, não sabendo sequer se vai ser ressarcida. -----

Sugeriu que devia haver um entendimento entre a Administração Central e a Associação Nacional de Municípios, sobre esta matéria, no sentido de, quando o município fizesse a despesa, se não fosse reembolsado em tempo oportuno, esse ónus recairia sobre o registo predial do prédio e quando este fosse transacionado, a autarquia seria ressarcida, com juros de mora. Sugeriu também que esta situação passe a constar da Conta de Gerência do próprio município, como um ativo, pois

constituiu um crédito que tem sobre alguém que lhe deve e que conta para a sua gestão, para que em tempo oportuno as autarquias se possam responsabilizar e tomar decisões. Também sugeriu que se poderia recorrer às tabelas de IMI aprovadas pela Câmara Municipal, as quais contemplam situações para prédios degradados, com taxas de 30%, devendo os serviços verificar se estes prédios já têm esse agravamento incluído, sendo também uma forma de os proprietários serem mais colaborantes do ponto de vista da gestão do seu património.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre as Vistorias de Salubridade apresentadas referiu que o facto das pessoas não viverem nos locais, dificulta e coloca problemas de segurança, de saúde pública e de qualidade ambiental, vendo com agrado a tentativa de resolução destas questões, pois existe a obrigação de resolver este problema, verificando-se nos processos apresentados, que há localidades onde estas situações se agudizam, nomeadamente na parte velha da cidade, na União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz e Asseiceira, que têm problemas que não vão ser resolvidos, porque as pessoas já não vivem lá, havendo casos tão complexos que a Câmara não pode ter uma atitude igual para todos. Opinou ser importante que a Câmara faça essa notificação e depois, de acordo com a Lei, possa agir, mas considerava que a maior responsabilidade, não era da Câmara Municipal, pelo que devia haver, em paralelo com esta medida, uma atitude pedagógica de sensibilização concelhia, envolvendo as escolas, no sentido de alertar para a preservação do património, que coloca em risco a segurança, a saúde e a qualidade ambiental do meio onde as pessoas vivem. Referiu que iria votar favoravelmente.-----

----- **PONTO V - VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA DR. JOÃO AFONSO CALADO DA MAIA, Nº 4 – VILA DA MARMELEIRA, EM NOME DA FREGUESIA DE VILA DA MARMELEIRA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ - PROCESSO Nº 3/2011**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas, notificar o proprietário do prédio sito em Rua Dr. João Afonso Calado da Maia nº 4, na Vila da Marmeleira, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do terreno, com a remoção do resto da fachada e construir uma vedação em alvenaria com o mínimo de 2,00 metros de altura rebocada e pintada ou caiada, preferencialmente com a criação de um vão com cantarias para acesso ao interior.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA ANTÓNIO JOSÉ VALENTE – VILA DA MARMELEIRA, EM NOME DA FREGUESIA DA VILA DA MARMELEIRA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ - PROCESSO Nº 4/2011.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações emitidas, notificar os proprietários do prédio urbano sito em Rua António José Valente, na Vila da Marmeleira, para no prazo de 60 dias proceder á construção de um murete rebocado e pintado a delimitar o prédio ou retirar o resto do entulho e vedar o terreno.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII - VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA – VILA DA MARMELEIRA, EM NOME DA FREGUESIA DA VILA DA MARMELEIRA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ - PROCESSO Nº 8/2011**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações emitidas, notificar o proprietário do prédio sito em Rua Dr. António José de Almeida em Vila da Marmeleira, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do terreno e a fachada ser reparada e pintada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA 15 DE AGOSTO, Nº 6 - VILA DA MARMELEIRA, EM NOME DA FREGUESIA DE VILA DA MARMELEIRA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ - PROCESSO Nº 12/2011.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações emitidas, notificar os proprietários do prédio sito em Rua 15 de Agosto, em Vila da Marmeleira, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do terreno e fecho dos vãos, rebocar e pintar/caiar a fachada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – VISTORIA DE SALUBRIDADE, EM PÉ DA SERRA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO ANTÓNIO SILVA URBANO – PROCESSO Nº 3/2012**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações supracitadas, notificar o proprietário (administrador de insolvência da massa falida “Construções Valada & Filhos, Lda.) do muro sito em Pé da Serra, em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder á correção das anomalias construtivas detetadas, nomeadamente reforço estrutural e regeneração da drenagem de águas retidas no suporte de terras.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X - VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA DO MOINHO - ANTEPORTA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ERCÍLIA DULCE FERREIRA MARTINS CARVALHO -**

CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA - PROCESSO Nº 776/2013. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações supracitadas, notificar os proprietários do prédio sito em Rua do Moinho, no lugar de Anteporta, para no prazo de 60 dias proceder a realização de obras de recuperação/conservação do edifício.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XI - VISTORIA DE SALUBRIDADE, EM LARGO DA REBOLEIRA - ALFOUVÉS, UNIÃO DAS FREGUESIA DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO, EM NOME DE MANUEL JACINTO ANTAS – PROCESSO Nº 152/2015.-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas, notificar o proprietário do prédio sito em Largo da Reboleira, no lugar de Alfouvés, para no prazo de 60 dias proceder à sua recuperação ou demolição. Caso opte pela demolição terá de proceder à sua vedação e informar os serviços do destino final para o terreno, bem como as obras de demolição e a colocação da vedação está sujeito a controlo prévio municipal através da figura de licenciamento.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XII - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO, EM VALE DO BREJO, FREGUESIA DE FRÁGUAS, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC.DE SOLICITADORES, R.L. – PROCESSO Nº 45/2016. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que a estrada que corta e atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 104 da secção V, sito em Vale do Brejo, Freguesia de Fráguas e Concelho de Rio Maior, tem como topónimo Estrada do Vale Brejo é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XIII - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES, EM VALE DA VIDEIRA, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO, EM NOME DE CARLA MARIA PAIXÃO CARREIRA BERNARDES – PROCESSO Nº 46/2016-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Vale da Videira, na Freguesia

de S. Sebastião, inscrito na matriz sob o artigo 138 da Secção T, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES, EM PÓVOAS, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO, EM NOME DE CARLA MARIA PAIXÃO CARREIRA BERNARDES – PROCESSO Nº 47/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Povoas, na Freguesia de S. Sebastião, inscrito na matriz sob o artigo 176 da Secção T, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV - CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, EM ASSENTIZ, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ, EM NOME DE MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 52/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do parecer emitido, que para o prédio sito em Assentiz, inscrito na matriz urbana sob o artigo 422, da União de freguesias de Marmeleira e Assentiz, existe viabilidade construtiva nos termos propostos no parecer.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA CENTRAL DE RIO MAIOR E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS** .-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, deliberou aprovar a Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e de Estabelecimento de Medidas Preventivas. Mais deliberou, submeter a presente proposta a parecer da Comunidade de Coordenação, Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 126º e do n.º1 do artigo 138º do novo Regime dos instrumentos de Gestão Territorial.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior, se tratava de um ato excecional, relevando a forma tecnicamente brilhante como este parecer foi elaborado. Salientou que quando aparece um documento deste tipo, torna-se praticamente irrefutável qualquer posição contra, o que significa que se tem de potenciar, muito mais, os quadros existentes na Câmara Municipal. Disse ainda que, que não há neste momento ninguém que tenha condições, nem políticas, nem técnicas de votar contra, dado tratar-se de uma medida excecional em que a Câmara e o Executivo salvaguardam, com o estabelecimento de medidas preventivas, indo contribuir para a candidatura de uma instituição de grande relevância na cidade e que precisa rapidamente de oitenta quartos. Referiu que gostaria que os pareceres tivessem sempre este “brilhantismo”.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL** .-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e parecer emitidos, autorizar a assunção do compromisso plurianual para aquisição do serviço de auditoria externa previsto no n.º 3, do art.º 76.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ O Vereador da CDU absteve-se porque acha que o montante que está aqui cabimentado, por imposição, é demasiadamente elevado.”-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 08 DE ABRIL DE 2016

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____